



4º Simulado Especial

TSE

Unificado

Analista Judiciário

Área Judiciária

Pós-Edital

Simulado

4º Simulado Especial TSE (Analista Judiciário - Área Judiciária)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Judiciária** do TSE;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/pbzUCHfXws4Us6Sg8>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/mC7e>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas***TEXTO I**

Ano de 1947, Inglaterra, Câmara dos Comuns. Winston Churchill teria dito uma frase assim: a democracia é a pior forma de governo, à exceção de todas as demais formas que têm sido experimentadas ao longo da história.

Deixando de lado, por um instante, o caráter frasista de Churchill, "como aferir a democracia?" é a pergunta que não quer calar. A experiência grega, que nos legou a palavra "democracia", gerou efeitos no debate. Resta, então, tentar refleti-la estatisticamente, assunto levado para o campo da quantificação, uma espécie de linha que separa países "democráticos" de "não-democráticos".

O cientista político Luis Felipe Miguel, da Universidade de Brasília (UnB), tratou logo de nos esclarecer a respeito do assunto. É que "um índice é um construto" (aqui). E, no caso da democracia, trata-se de uma instituição difícilíssima de demarcar. Por quê? Porque a produção de um índice, nessa seara, "visa apreender uma realidade complexa", o que "exige uma série de decisões", sendo a primeira delas, a preocupação de transformar a liberdade de expressão em números. Daí as consideráveis dificuldades: o direito de voto e liberdade de expressão têm o mesmo impacto na produção de uma democracia? Qual vale o dobro?

Feita essa rápida introdução, a fim de verificar que avaliar a democracia não é como colocar um termômetro e medir a temperatura, convém perquirir um índice de democracia que circulou amplamente pelos principais jornais ao longo deste ano. É que democracias do mundo, nos últimos dez anos, vivenciaram considerável queda de qualidade, sendo que a parcela de insatisfeitos atingiu o pico em 2020, divisa extrema da "recessão democrática".

O relatório de satisfação global com a democracia 2020, elaborado pelo Instituto Bennett de Políticas Públicas da Universidade de Cambridge, apontou quais foram os países que mais caíram no índice de democracia.

O levantamento revelou que 92 países atualmente têm regimes autoritários, contra 87 democráticos, sendo que os cinco mais autoritários foram Eritreia, Coreia do Norte, Arábia Saudita, Iêmen e Síria. Os que apareceram

como mais democráticos foram Dinamarca, Estônia, Suécia, Suíça e Noruega. E o Brasil? Bem, o Brasil foi o quinto país que mais caiu no ranking na última década, consoante fontes como Democracy Report 2020 e Folha S.Paulo)

Mas quais os critérios desse relatório de satisfação com a democracia? De maneira geral, os eixos levantados foram a liberdade de expressão e de imprensa, que representam uma das faces do tema. Alguém poderá perguntar: mas a eleição, não é parte essencial da democracia? Sim, mas na interpretação da cientista política alemã Anna Lührmann, em entrevista para o jornal Folha de S. Paulo, acabar com as eleições instantaneamente é um movimento que gera resistência, então "os governos primeiro atacam a mídia", de modo a enfraquecer a resistência. Essa é a "rota mais comum que os governos têm tomado em direção ao autoritarismo", diz a pesquisadora.

E, coincidentemente ou não, quatro meses após a conclusão da mencionada pesquisa da Universidade de Cambridge, um relatório da ONG "Repórteres sem Fronteiras", apontou que o Brasil teve a segunda queda seguida em ranking de liberdade de imprensa, ocupando a posição 107 da lista de 180 Estados.

É evidente que há grande esforço para demarcar o assunto, tanto da equipe ligada à Universidade de Cambridge, quanto da equipe ligada à ONG "Repórteres sem Fronteiras". As informações dos grupos de trabalho são muito interessantes e mais ajudam no debate do que o contrário.

Diante de tais angulações, alguns comentários adicionais: é evidente que não é nada simples comentar sobre as singularidades da democracia em curto espaço. Até porque o assunto requer a compreensão de alguns contextos, sendo impossível dar um salto do ideal de liberdade da Grécia antiga, com o "povo" tomando decisões, passando por parâmetros de realidade sócio-política exibidos no clássico A Democracia na América, de Alexis de Tocqueville.

Assim, dentro do que é possível sintetizar, vê-se que a democracia é um regime de instituições. E isto nega um regime de pessoas isoladas. Ora, apostar num discurso de salvação da pátria, com lastro na figura pessoal de um presidente da República, como muitos imaginam, trata-se de reduzir consideravelmente a riqueza do debate.

Isso já evidencia que outros tantos componentes de um índice podem ser apresentados para reflexão dentro

desse campo temático, que separa países “democráticos” de “não-democráticos”, a exemplo de que nas democracias a maioria das pessoas tem que se preocupar com as minorias ou que, apesar do voto carregar uma mensagem, a democracia não se esgota apenas na operação da eleição.

Para além disso é necessário ainda refletir a democracia pelo cumprimento de direitos fundamentais, o que passa pela defesa das garantias processuais e pelas “liberdades cívicas” (liberdade de expressão, de consciência, de reunião, entre outros). É que, como diz Lenio Streck, se há um ataque aos direitos e garantias fundamentais, “o Direito é a primeira vítima, a segunda é a democracia” (aqui).

Outrossim, a democracia requer responsabilidade, o que implica que um presidente da República, mesmo que eleito pelo voto do povo, não pode tudo. E daí caberiam mais desdobramentos, a exemplo de que a cidadania é o sustentáculo da democracia, porque se trata de um sistema exercível por todos.

Vê-se que não é tarefa fácil falar sobre democracia. Trata-se de um tema que requer cuidado redobrado, especialmente quando há argumentos do tipo “as instituições estão funcionando”, porque o maior perigo de uma democracia é achar que não há perigo. Tal significa dizer que é preciso ligar um alerta com as chamadas “armadilhas da confiança”, como nos lembra o professor David Runciman, da Universidade de Cambridge.

Há, de fato, um ponto de autenticidade na frase do político britânico Churchill, de que a democracia é o único regime aceitável ou o melhor dos piores regimes de governo. Ele faz, como resta claro, o elogio da democracia. O que nos preocupa é saber se as atuais democracias podem ser chamadas de democracias.

<https://www.conjur.com.br/2020-jun-13/diario-classe-reflexao-democracia/>

Sobre as ideias e estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens a seguir.

01. Churchill afirmou que a democracia é a pior forma de governo, exceto todas as outras formas já experimentadas ao longo da história. Essa afirmação, por via de ironia, expressa um elogio à democracia.

02. No primeiro parágrafo, a forma verbal “teria” atribui à citação feita um grau de incerteza.

03. Segundo o texto, é importante analisar posição dos países em índices democráticos, já que avaliar a democracia é uma tarefa simples e objetiva, comparável a medir a temperatura com um termômetro.

04. O cientista político Luis Felipe Miguel defende que a criação de um índice democrático é complexa, uma vez que envolve várias decisões, como a tentativa de quantificar a liberdade de expressão.

05. No segundo parágrafo, o vocábulo “aferir” expressa noção quantitativa.

06. O Brasil foi o quinto país que mais caiu no ranking de democracia nos últimos dez anos, de acordo com pesquisas mencionadas no texto.

07. O relatório da Universidade de Cambridge e o da ONG “Repórteres sem Fronteiras” mostram um cenário semelhante quanto aos níveis de democracia: o Brasil teve a segunda queda consecutiva no ranking de liberdade de imprensa, ocupando a 107ª posição entre 180 países.

08. Segundo a cientista política Anna Lührmann, os governos tendem a eliminar as eleições imediatamente ao se aproximarem de um regime autoritário.

09. O texto sugere que, nas democracias, a maioria, legitimada de forma numérica, não deve considerar o voto vencido das minorias.

- 10.** O Brasil, no ranking de liberdade de imprensa da ONG “Repórteres sem Fronteiras”, foi o país que mais caiu nos últimos anos, ocupando uma das últimas posições entre os países analisados.
- 11.** O texto afirma que a democracia não se resume apenas à realização de eleições, mas envolve também o cumprimento de direitos fundamentais e garantias processuais.
- 12.** Lenio Streck, citado no texto como argumento de autoridade, alerta que o primeiro impacto de um ataque à democracia é a perda da liberdade de expressão, seguida pela violação dos direitos civis.
- 13.** Pela definição de democracia, o texto sugere que o presidente da República pode tomar qualquer decisão não ilegal, desde que tenha sido eleito democraticamente pelo povo.
- 14.** Inferir-se do texto que o conceito de “armadilhas de confiança” envolve acreditar que o regime democrático não está ameaçado.
- 15.** Segundo o professor David Runciman, o problema central da democracia atual é a falta de participação nas eleições, que ameaça a sua legitimidade.
- 16.** O texto sugere que regimes democráticos modernos, por representarem a vontade coesa de um povo, devem se basear na figura de líderes fortes e carismáticos, como presidentes que personificam o poder.
- 17.** Em “é a pergunta que não quer calar”, a forma verbal “calar” está flexionada para concordar com seu sujeito “pergunta”.
- 18.** No segundo período do segundo parágrafo, a supressão da vírgula após “grega” manteria a correção gramatical, mas alteraria os sentidos do texto.
- 19.** No primeiro período do terceiro parágrafo, o sujeito da forma verbal “tratou” é “Luis Felipe Miguel”.
- 20.** No terceiro período do terceiro parágrafo, a partícula “se” indetermina o sujeito da oração.
- 21.** Na locução “Por quê”, quarto período do terceiro parágrafo, o acento não poderia ser suprimido.
- 22.** Prejudicaria a correção gramatical a inserção da preposição “a” após “visa” (terceiro parágrafo), escrevendo-se “visa a aprender uma realidade complexa”.
- 23.** No segmento “transformar a liberdade de expressão em números”, o verbo rege dois complementos.
- 24.** A vírgula após “1947” (primeiro período do texto) poderia ser suprimida, pois seu uso é facultativo nesse caso.
- 25.** A locução “a fim de” (4º parágrafo) poderia ser substituída por “para”, tendo em vista seu valor de finalidade.

26. Sem prejuízo à correção e à coerência do texto, o período “*É que democracias do mundo, nos últimos dez anos, vivenciaram considerável queda de qualidade, sendo que a parcela de insatisfeitos atingiu o pico em 2020, divisa extrema da “recessão democrática”*” poderia ser assim reescrito: **Nos últimos dez anos, democracias do mundo vivenciaram considerável queda de qualidade e a parcela de insatisfeitos atingiu o pico em 2020, divisa extrema da “recessão democrática”**
27. No segmento “a maioria das pessoas tem que se preocupar com as minorias”, é facultativo inserir acento circunflexo na forma “tem”.
28. O vocábulo “outrossim” (14º parágrafo) expressa sentido aditivo.
29. Os termos “responsabilidade” e “tudo”, no primeiro período do 14º parágrafo, exercem funções sintáticas distintas nas orações em que ocorrem.
30. A preposição “por”, no segmento “eleito pelo voto do povo”, expressa noção de causa.

TEXTO II

Quando se fala em regimes de governo, refere-se ao modo como um governante ou um governo em geral estabelece suas formas de poder. Há três tipos de regimes que ditam, de maneira geral, o maior ou o menor autoritarismo de um governo e a legitimidade dele. São eles: regime democrático, regime autoritário e regime totalitário.

O estabelecimento de um parlamento e a transitoriedade do poder classificam um regime político como democrático. Reconhecendo que há uma soberania popular e que um governo só pode ser justo e atender as demandas da vontade geral se a maioria puder participar do processo, os regimes democráticos elegem um corpo de cidadãos que participa da tomada de decisões direta ou indiretamente. Temos, como exemplos, as

democracias antigas e contemporâneas, representativas ou participativas.

Nas democracias representativas, o corpo de cidadãos elege representantes que cumprem o papel de legislar ou governar. Nas democracias participativas diretas, é o próprio povo quem toma as decisões políticas, enquanto nas democracias semidiretas, o povo elege representantes e participa da tomada de decisões deles.

O autoritarismo como forma de governo assume o lugar de destaque quando um governante ou um grupo de pessoas que participam do governo assumem o poder e não reconhecem aos cidadãos (aqueles que participam da cidade) o seu direito de tomada de decisão política.

Os regimes autoritários, muitas vezes, atuam à revelia das leis constitucionais, tomando medidas arbitrárias que, de algum modo, alteram a vida política e pública das pessoas. São regimes autoritários as ditaduras e o despotismo na Modernidade. O Estado, nesse caso, é tomado por um governo opressor que despreza os direitos da população.

Muitas pessoas pensam que o totalitarismo e o autoritarismo são a mesma coisa. Essa confusão dá-se porque o totalitarismo também apresenta características autoritárias. A diferença entre os dois regimes centra-se no fato de que o totalitarismo elevou à máxima potência as características do regime autoritário. Enquanto um regime autoritário controla a vida pública e política dos cidadãos, um regime totalitário controla a todos os aspectos da vida pública e particular das pessoas.

No totalitarismo, pelo crescimento do Estado, os cidadãos são levados a viver do modo como o líder totalitário quer, o que garante uma adesão uniforme das massas ao governo. Essa foi a forma que os líderes do nazismo, do stalinismo e do fascismo encontraram para manter toda a população sob controle e conseguir manipular as massas de maneira a defenderem o Estado nacional acima de qualquer coisa.

Benito Mussolini e Adolf Hitler são dois dos nomes mais conhecidos que governaram em regimes totalitários.

Adaptado de <https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/regimes-de-governo.htm>

Julgue os itens seguintes, referentes aos sentidos e a aspectos linguísticos do texto II.

- 31.** Um regime de governo é definido pela forma como o governante ou o governo estabelece suas formas de poder, podendo apresentar maior ou menor nível de liberdade.
- 32.** Existem quatro tipos principais de regimes de governo: democrático, autoritário, totalitário e monárquico.
- 33.** Nos regimes democráticos, a participação popular ocorre apenas de maneira indireta, através da eleição de representantes.
- 34.** Um exemplo de democracia participativa direta é quando o próprio povo toma as decisões políticas sem intermediários.
- 35.** Em uma democracia semidireta, o povo apenas elege seus representantes, sem participar diretamente das decisões.
- 36.** O regime autoritário é caracterizado pela centralização do poder em um governante ou grupo, sem reconhecimento do direito de participação política dos cidadãos.
- 37.** Ditaduras e despotismos são exemplos de regimes totalitários modernos.
- 38.** Deduz-se do texto que o totalitarismo é considerado uma forma mais extrema de autoritarismo.
- 39.** O texto trata “ditaduras” e “despotismo” como conceitos diferentes, embora não traga a distinção entre eles.
- 40.** A vírgula após “Estado” poderia ser suprimida, desde que fosse também eliminada a vírgula após “caso” (último período do 5º parágrafo).
- 41.** Deduz-se do texto que, nos regimes autoritários, não se verifica a existência de parlamento.
- Infer-se do texto que a característica distintiva de um governo democrático é alternância de poder e um parlamento estabelecido.
- 43.** No primeiro período do texto, a partícula “se” poderia, nas duas ocorrências, ser posicionada antes ou depois do verbo correspondente, uma vez que, nesse caso, a colocação pronominal é facultativa.
- 44.** Sem prejuízo à correção, a forma verbal “há” (segundo período, primeiro parágrafo) poderia ser substituída por “existe”
- 45.** O sinal de dois-pontos após “eles” introduz um aposto.
- 46.** O acento grave antes de “máxima” (6º parágrafo) é facultativo.
- 47.** No último período do sexto parágrafo, a preposição “a” antes de “todos” introduz um objeto indireto da forma verbal “controla”.
- 48.** Nas duas ocorrências no sexto parágrafo, a partícula “que” apresenta a mesma classificação.
- 49.** No último período do sexto parágrafo, o vocábulo “enquanto” expressa noção de contraste.
- 50.** Os vocábulos “autoritárias” e “potências” são acentuados pela mesma regra gramatical.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO ADMINISTRATIVO***Herbert Almeida*

Suponha que determinada autarquia seja proprietária de diversos imóveis que servem para dar apoio às suas operações. João pretende reivindicar a propriedade de uma das áreas utilizadas pela autarquia, argumentando que reside em um desses imóveis por mais de vinte anos, sem qualquer intervenção da entidade. Além disso, a autarquia está sofrendo a cobrança de uma dívida devida ao fornecedor de materiais Otávio, que solicitou a penhora de um dos imóveis pertencentes à autarquia para garantir o pagamento da dívida.

Acerca da organização administrativa e das hipóteses de contratação direta, julgue os itens a seguir.

51. A propriedade de imóvel pertencente à autarquia pode ser adquirida pelo particular por meio de usucapião, considerando que o terreno ficou desocupado e sem uso por mais de vinte anos.

52. Os imóveis da autarquia poderão ser penhorados para garantir o pagamento ao fornecedor Otávio, desde que o imóvel objeto da penhora seja de valor equivalente ao débito apurado.

Sobre os agentes públicos e as disposições constitucionais aplicáveis, julgue os itens a seguir.

53. A trabalhadora gestante tem direito ao gozo de licença-maternidade e à estabilidade provisória, independentemente do regime jurídico aplicável, se contratual ou administrativo, ainda que ocupe cargo em comissão ou seja contratada por tempo determinado.

54. Os agentes públicos contratados temporariamente para atender a uma necessidade temporária e de excepcional interesse público ocupam cargo público, estando submetidos ao regime jurídico único.

Acerca dos poderes administrativos, julgue o item a seguir.

55. Segundo o Supremo Tribunal Federal, uma característica do poder de polícia é a indelegabilidade, uma vez que se trata de atividade típica de Estado.

Acerca das licitações públicas, com base no disposto na Lei nº 14.133/2021, julgue os itens a seguir.

56. O leilão é a modalidade de licitação adotada para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance, caracterizando-se pela ausência de fase de habilitação.

57. Os valores previstos na legislação para dispensa de licitação em razão do valor para obras, serviços e compras serão duplicados quando se tratar de contratações realizadas por consórcios públicos ou por autarquias ou fundações públicas qualificadas como agências executivas.

58. Um dos critérios de julgamento das licitações públicas é o maior retorno econômico, que somente poderá ser adotado para a celebração de contrato de eficiência.

Suponha que, durante uma manifestação em frente a um prédio público, um grupo isolado de manifestantes começou a agir violentamente, destruindo janelas e portas do edifício e danificando veículos estacionados nas proximidades. Houve também violência contra profissionais de imprensa que cobriam a confusão. Entre os carros atingidos, estava o veículo de Paulo, que se encontrava estacionado em rua pública. Considerando que o veículo foi severamente danificado, Paulo procurou um advogado, para avaliar a viabilidade de ingressar com ação judicial contra o Estado, buscando obter o ressarcimento dos prejuízos que sofreu.

Com base na situação hipotética acima, julgue os itens a seguir.

59. A responsabilidade civil do Estado, na situação narrada, ficaria sujeita ao prazo prescricional de cinco anos, a contar do fato que deu origem ao dano.

60. Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, o Estado não tem o dever de indenizar profissionais de imprensa que sejam feridos por agentes policiais durante a cobertura jornalística de manifestações em que haja tumulto ou conflito entre a polícia e os manifestantes, em razão do conhecimento que esses profissionais possuem dos riscos de sua atividade.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

61. A lei xxx/2024, alterou o limite de gastos com publicidade institucional dos órgãos públicos, no primeiro semestre do ano eleitoral.

A referida lei poderá ser aprovada no ano eleitoral, contudo, não poderá ser aplicada ao pleito eleitoral de 2024, em razão do princípio da anterioridade eleitoral.

62. A norma constitucional que assegura o direito de resposta possui eficácia limitada e aplicabilidade diferida, necessitando, portanto, da promulgação de legislação ordinária para a efetiva proteção desse direito.

63. Para a promoção de juiz, pelo critério de merecimento, é constitucional a vinculação da escolha ao nome que figure em lista de merecimento por três vezes consecutivas ou cinco alternadas.

64. A servidora pública ou a trabalhadora regida pela CLT não gestante em união homoafetiva têm direito ao gozo da licença-maternidade. Caso a companheira tenha usufruído do benefício, fará jus a período de afastamento idêntico ao da companheira.

65. Pelo menos três juízes do Tribunal Superior Eleitoral devem ser brasileiros natos.

66. Em se tratando de competência legislativa concorrente, caso um Estado X legisle de forma plena sobre normas gerais e específicas, e, posteriormente, sobrevenha lei federal sobre normas gerais, a lei estadual será revogada no que lhe for contrário.

67. As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de dois terços de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo.

68. O Resolução do TSE que regule a propaganda eleitoral, proibindo a divulgação de informações falsas ou gravemente descontextualizadas que possam atingir a integridade do processo eleitoral, viola a liberdade de expressão, importando em censura prévia.

69. Os conselheiros dos Tribunais de Contas são considerados juízes togados com poderes absolutos de fiscalização.

70. Situação hipotética: Camila, servidora pública federal, residente e domiciliada no estado do Rio de Janeiro, impetrou mandado de segurança para tutelar seu direito líquido e certo violado por ato ilícito praticado pelo Tribunal de Contas da União.

Assertiva: Nessa situação, a competência originária para julgamento do mandado de segurança será do STJ.

DIREITO ELEITORAL

Nelma Fontana

71. Caso: Em 2018, João, por desilusão com a política, em razão de o candidato que estava apoiando não participar do segundo turno das eleições presidenciais, deixou de votar. Nas eleições gerais de 2022, João não compareceu para votar nem no primeiro e nem no segundo turno, por completo desinteresse por questões políticas. **Assertiva:** Sendo João parte integrante do grupo de pessoas para quem o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios, a abstenção de votar em três eleições consecutivas provocará o cancelamento de sua inscrição, uma vez que não apresentou justificativa e nem pagamento da multa.

72. A Constituição Federal assevera que a condenação criminal transitada em julgado provoca a suspensão dos direitos políticos enquanto perdurarem os efeitos da condenação. Uma vez tendo a pena sido cumprida, independente de reparação de danos, a regularização eleitoral da pessoa será automática e não dependerá de comprovação.

73. Um dos requisitos de elegibilidade é o domicílio eleitoral na circunscrição para a qual se pretende concorrer. Para fins de fixação do domicílio eleitoral, deverá ser necessariamente comprovada a existência de vínculo residencial na localidade.

74. Dentro dos 150 dias anteriores à data da eleição, não serão recebidos requerimentos de alistamento, segunda via, transferência ou revisão.

75. O adolescente, a partir de 15 anos de idade, respeitado o prazo legal, pode se alistar como eleitor, desde que mediante autorização ou assistência de seus pais ou representantes legais.

76. Em nenhuma hipótese, em ano eleitoral, será realizada a revisão de eleitorado, a fim de que não se subverta o processo eleitoral.

A respeito da Lei nº 4.737/1965 e suas alterações (Código Eleitoral), analise os itens abaixo.

77. Caso: João é desembargador do Tribunal de Justiça do Estado Alfa e foi escolhido pelo Tribunal para atuar como juiz do Tribunal Regional Eleitoral de Alfa por um biênio (2023 e 2024). João está com férias marcadas para o mês de outubro de 2024. **Assertiva:** João, no mês de outubro de 2024, ficará afastado da Justiça Eleitoral pelo tempo correspondente ao de suas férias, mas não haverá desconto na contagem do biênio.

78. Compete ao Tribunal Superior Eleitoral dividir as circunscrições em zonas eleitorais.

A respeito da Lei nº 9.504/1997 e suas alterações, analise os itens abaixo.

79. Caso: O município de Anápolis/GO conta com 292 mil eleitores. Nas eleições de 2024, cinco candidatos fizeram pedido de registro de candidatura a prefeito. **Assertiva:** Em Anápolis, será considerado eleito o candidato a prefeito que obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos. Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição no último domingo de outubro, concorrendo os dois candidatos mais votados, e considerando-se eleito o que obtiver a maioria dos votos válidos.

80. Sabendo que o município de Formosa/GO, em 2024, elegerá 19 vereadores, cada partido poderá registrar até 20 candidatos para as Câmaras Municipais. Do total de vagas, cada partido preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. Se a divisão não for exata, a fração superior a meio deverá ser igualada a um e a inferior deverá ser desprezada.

A respeito da Lei nº 9.096/1995 e suas alterações, analise os itens abaixo.

81. É assegurada ao partido político autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, cabendo ao Tribunal Superior Eleitoral fixar as regras de fidelidade partidária.

82. Apenas o partido político que possua caráter nacional poderá registrar seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral. Considera-se caráter nacional o apoio de eleitores não filiados a partido político, correspondente a, pelo menos, 0,5% dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, não computados os votos em branco e os nulos, distribuídos por um terço, ou mais, dos Estados, com um mínimo de 0,1% do eleitorado que haja votado em cada um deles.

A respeito dos princípios do direito eleitoral e da hermenêutica eleitoral, julgue o item abaixo.

83. Por força do princípio do pluralismo político, é permitida a candidatura avulsa, isto é, o registro de candidato não filiado a partido político.

A respeito da propaganda eleitoral, julgue os itens.

84. Não se admite, ainda que gratuitamente, a veiculação de propaganda eleitoral em site de pessoa jurídica.

85. Constitui crime assediar, constranger, humilhar, perseguir ou ameaçar, por qualquer meio, candidata a cargo eletivo ou detentora de mandato eletivo, utilizando-se de menosprezo ou discriminação à condição de mulher, com a finalidade de dificultar a sua campanha eleitoral ou o desempenho de seu mandato eletivo.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

Sobre os defeitos dos negócios jurídicos, julgue os itens 86 90.

86. O erro de cálculo apenas autoriza a retificação da declaração de vontade, mas não comporta anulação.

87. A simulação ocorre quando as partes aparentam um negócio jurídico que na verdade não pretendem realizar, com o objetivo de enganar terceiros.

88. O dolo praticado por terceiro, ainda que o outro negociante saiba ou devesse saber que aquilo não correspondia à realidade, não é considerado dolo.

89. A lesão ocorre quando uma das partes, por necessidade premente ou inexperiência, assume obrigação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

90. Para que seja configurado o estado de perigo, a outra parte deve conhecer o dano.

Com base nas disposições sobre prescrição e decadência, julgue os itens 91 e 92.

91. Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.

92. Nos direitos potestativos, não há prazo geral, mas apenas prazos especiais. Assim, se não for previsto prazo, o direito é imprescritível.

Com base nas disposições previstas sobre os contratos no ordenamento jurídico, julgue os itens 93 a 95.

93. O princípio da autonomia contratual não é eliminado pela função social do contrato.

94. Os vícios redibitórios são defeitos ocultos que tornam a coisa imprópria ao uso a que se destina ou lhe diminuem o valor, e, por isso, a parte prejudicada pode escolher entre exigir a substituição da coisa viciada ou o abatimento proporcional do preço, sendo irrelevante o conhecimento prévio do defeito pelo adquirente

95. O adquirente de um bem, que perde total ou parcialmente a posse ou propriedade deste em razão de decisão judicial que reconheça direito anterior de terceiro, tem o direito de exigir do alienante a restituição integral do preço pago, além de perdas e danos, independentemente de haver cláusula expressa de garantia no contrato.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

96. Julgue o item que se segue de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A ausência de intimação da decisão que implicou o provimento parcial do recurso interposto pela parte contrária é sempre prejudicial ao recorrido, sendo cabível o manejo de ação rescisória.

97. Conforme as disposições do Código de Processo Civil (CPC) acerca da aplicação das normas processuais, julgue o item a seguir:

A norma processual retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.

98. Conforme as disposições do Código de Processo Civil (CPC) acerca dos recursos, julgue o item a seguir:

Havendo solidariedade passiva, o recurso interposto por um devedor aproveitará aos outros quando as defesas opostas ao credor lhes forem comuns.

99. Julgue o item que se segue de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Quando houver pluralidade de vencedores representados por escritórios de advocacia distintos, os honorários de sucumbência deverão ser partilhados entre eles de maneira igualitária.

100. No que concerne ao julgamento antecipado parcial do mérito, julgue o item a seguir, de acordo com o Código de Processo Civil.

Da decisão que julga parcela do mérito de forma antecipada caberá apelação

101. Julgue o item que se segue de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Admite-se a comprovação da instabilidade do sistema eletrônico, com a juntada de documento oficial, em momento posterior ao ato de interposição do recurso.

102. Conforme as disposições do Código de Processo Civil (CPC) acerca do valor da causa, julgue o item a seguir:

O réu poderá impugnar, em preliminar da contestação, o valor atribuído à causa pelo autor, sob pena de preclusão, e o juiz decidirá a respeito, impondo, se for o caso, a complementação das custas.

103. Conforme as disposições do Código de Processo Civil (CPC) acerca da extinção do processo julgue o item a seguir:

A extinção do processo dar-se-á por sentença ou decisão interlocutória.

104. Conforme as disposições do Código de Processo Civil (CPC) acerca do indeferimento da petição inicial, julgue o item a seguir:

Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, retratar-se.

105. Julgue o item que se segue de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O CPC de 2015, embora autorize o cumprimento definitivo de parcela incontroversa da sentença condenatória, não alberga a denominada “coisa julgada progressiva”.

DIREITO PENAL

Renan Araújo

106. Acerca da lei penal no tempo, julgue o item a seguir:

A revogação de um tipo penal incriminador importa *abolitio criminis* quando a conduta ali prevista passa a integrar outro tipo penal.

107. Acerca da lei penal no espaço, julgue o item a seguir:

Adota-se no Brasil o princípio da territorialidade absoluta no que tange à aplicação da lei penal no espaço.

108. Acerca da ilicitude, julgue o item a seguir:

O conhecimento da situação justificante é indispensável para a configuração da legítima defesa.

109. Acerca da culpabilidade, julgue o item a seguir:

Incorrendo o agente em erro de proibição, se inevitável, haverá isenção de pena, diante da exclusão da culpabilidade pela ausência de potencial consciência da ilicitude do fato.

110. Acerca da extinção da punibilidade, julgue o item a seguir:

O prazo de prescrição da pretensão executória somente começa a correr do dia em que a sentença condenatória transita em julgado para ambas as partes, momento em que nasce para o Estado a pretensão executória da pena.

Texto-base para os itens 111 a 113

Situação hipotética: Alexandre, primário e de bons antecedentes, servidor de determinado Tribunal Regional Eleitoral, ocupante de função de direção, foi denunciado pela suposta prática do crime de concussão (pena: reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa), pois teria exigido vantagem indevida de um candidato, a fim de não embarçar o registro de candidatura. Segundo consta na denúncia, embora Alexandre tenha exigido R\$ 20.000,00 da vítima, o valor não foi efetivamente recebido pelo denunciado.

Atento ao caso narrado, julgue os itens a seguir:

111. Assertiva: considerando que o valor não foi efetivamente recebido pelo servidor, deve ser reconhecida a forma tentada do delito.

112. Assertiva: o Juiz, ao fixar a pena, deverá aumentá-la de um terço a dois terços, por se tratar de ocupante de função de direção.

113. Assertiva: Fixada a pena no patamar mínimo possível, inclusive considerando eventuais causas de aumento e diminuição, poderá ser fixado o regime inicial aberto.

114. Acerca do concurso de pessoas, julgue o item a seguir:

Há desvio subjetivo de conduta na hipótese em que algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, de forma que ser-lhe-á aplicada a pena deste. Todavia, ainda que previsível o resultado mais grave, não será cabível aumento de pena.

115. Acerca dos crimes contra a administração da Justiça, julgue o item seguinte:

O crime de falso testemunho pode ser cometido inclusive pelas testemunhas que não prestam compromisso de dizer a verdade.

LEGISLAÇÃO PENAL

Antônio Pequeno

De acordo com a Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, julgue os itens de **116 a 118**

116. As condutas descritas nesta Lei constituem crime de abuso de autoridade quando praticadas pelo agente com a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal.

117. A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura abuso de autoridade.

- 118.** Não faz coisa julgada em âmbito cível, assim como no administrativo-disciplinar, a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.
- 119.** Os tipos penais de lavagem de dinheiro admitem a forma culposa, em que o agente criminoso dá causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.
- 120.** A primeira fase da lavagem de dinheiro, denominada “dissimulação” (layering), é caracterizada por uma multiplicidade de operações e transações realizadas mediante empresas e contas sem aparente relação com o agente envolvido na prática delituosa, tornando impossível ou extremamente difícil identificar a origem ilícita dos bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal.
-

Discursiva

No mundo contemporâneo, os partidos políticos tornaram-se peças essenciais para o funcionamento do complexo mecanismo democrático. Para se ter noção da penetração e influência dessas entidades, basta dizer que detêm o monopólio do sistema eleitoral, chegando a definir o perfil assumido pelo Estado, já que são elas que, concretamente, estabelecem o sentido das ações estatais. Não há, com efeito, representação popular e exercício do poder estatal sem a intermediação partidária.

Tais entidades constituem canais legítimos de atuação política e social; captam e assimilam rapidamente a opinião pública; catalisam, organizam e transformam em bandeiras de luta as díspares aspirações surgidas no meio social, sem que isso implique ruptura no funcionamento do governo legitimamente constituído. Ressalta Caggiano (2004, p. 105) que, “no mundo atual, assume o partido posição fortalecida de mecanismo de comunicação e de participação do processo decisional; mais até, de instrumento destinado ao recrutamento dos governantes e à socialização política”. Não é exagero supor que a normalidade democrática depende da existência de tais “mecanismos de comunicação e de participação”. A ausência deles pode induzir uma resposta violenta de setores da sociedade que se sentirem prejudicados e excluídos.

GOMES, José Jairo. *Direito Eleitoral*. 13. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.

Considerando que o trecho acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca da natureza jurídica dos partidos políticos no sistema constitucional e legal brasileiro. Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- 1- Natureza jurídica;
- 2- Monopólio da representação por partido político;
- 3- Fidelidade partidária - evolução jurisprudencial, regras e exceções.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
